SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXIV n° 6161 – 16 de outubro de 2019

Banco do Brasil, mais uma vez, nega reabertura de negociações sobre a Cassi

O Banco do Brasil, mais uma vez, negou a reabertura da mesa de negociações sobre a sustentabilidade da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), no dia 14/10. A nova negativa foi reafirmada em resposta a um ofício no qual a Contec fez tal solicitação.

O banco reforçou ainda que somente analisará "propostas que atendam essas premissas e limites e que sejam discutidas e acordadas com as Entidades Representativas dos funcionários da ativa e aposentados" (Contraf-CUT, Anabb, AAFBB, FAABB e Contec).

O coordenador Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, (CEBB), João Fukunaga, disse ainda que a Contraf e as demais entidades também querem melhorar a proposta que foi levada à consulta do corpo social em maio e na qual o banco se apega para dar continuidade ao processo de solução para a Cassi. "Era justamente com essa finalidade que nos reunimos, todas as entidades, corpo técnico, diretores e conselheiros eleitos da Cassi na semana passada. Mas, infelizmente, esse processo foi interrompido por causa da desistência da Contec, que preferiu abandonar o grupo que estava reunido para atualizar informações e debater sobre uma solução para a Cassi", explicou.

INSS pode cancelar aposentadoria por invalidez, LOAS e auxílio doença

Os benefícios de programas sociais como a Aposentadoria por Invalidez, o BPC-Loas e o Auxílio Doença estão sendo revisados pelo governo federal para verificar se os segurados ainda cumprem os requisitos apresentados no momento da concessão do auxílio.

Após um trabalho de revisão de benefícios sociais concedidos pelo governo federal, 422 mil serão cancelados, sendo 228 mil auxílios-doença, 43 mil aposentadorias por invalidez e 151 mil benefícios de Prestação Continuada (BPC). Segundo o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, o objetivo é revisar 1,8 milhão de benefícios, entre auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Proposta de 6 meses de licença-maternidade avança na Câmara

A proposta que amplia para seis meses (180 dias) a licença-maternidade remunerada para brasileiras avançou, na segunda-feira (14/10), na Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 158/19) chegou à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania), que vai analisar se a proposta é constitucional ou não. Se for aprovada, a Câmara criará uma comissão especial especificamente para analisar o seu conteúdo. O texto, de autoria da deputada federal Clarissa Garotinho (Pros-RJ), recolheu 195 assinaturas. Eram necessárias 171.

Depois de criada, a comissão especial que analisará a proposta terá o prazo de 40 sessões para dar o seu parecer. Depois, a PEC deverá ser votada pelo plenário da Câmara em dois turnos. Para ser aprovada, ela precisa de ao menos menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações. Após ser aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser novamente votada em dois turnos.

Governo vai propor fim da multa de 10% do FGTS para empregador

A partir do próximo ano, os empregadores podem deixar de pagar a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse no dia 14/10, que a extinção da multa deverá constar de uma mensagem modificativa da proposta de Orçamento para 2020.

A mudança depende de medida provisória (MP) ou de projeto de lei e precisa ser aprovada pelo Congresso. O relator da medida provisória que libera os saques do FGTS, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), incluiu o fim da multa de 10% do empregador no texto. No entanto, o secretário especial de Fazenda disse que o governo pode incluir a extinção da multa na MP que modifica o Orçamento.